procede à abertura da discussão pública do aditamento ao alvará de loteamento n.º 233/80, emitido em nome de Carlos de Brito Corte Real Nunes da Ponte, alterando o lote 4, em que a área de implantação seja de 138 m², a cave com igual superfície, rés-do-chão destinado a comércio com 69 m² e igual superfície para habitação, e andar com iguais áreas destinadas a comércio e habitação, com um fogo, e que Maria Domingas de Jesus Vieira pretende levar a efeito no lugar de Povoação Pequena, freguesia de Freixo, concelho de Marco de Canaveses, a partir do dia 4 de Junho de 2007.

O prazo para a consulta pública do loteamento urbano é de 15 dias e poderá ser consultado todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, no Edifício da Câmara Municipal (Secção de Obras Particulares) e na sede da Junta de Freguesia de Freixo.

Os interessados, ao apresentarem observações e sugestões sobre este documento, poderão fazê-lo no local de consulta em requerimento, ou em carta dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Largo de Sacadura Cabral, 4630-219 Marco de Canaveses.

Para constar, lavrou-se o presente e outros de igual teor que vão ser afixados no lugar de estilo.

22 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente, *Bento Marinho*.

2611017716

Aviso n.º 10 470/2007

Discussão pública

O Dr. Bento de Fátima de Miranda Marinho, vice-presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, torna público que, para dar cumprimento ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por despacho de 22 de Maio de 2007, procede à abertura da discussão pública do aditamento ao alvará de loteamento n.º 02/2006, emitido em nome de Joaquim Moreira de Sousa, modificando, no lote 1, o polígono de base, mantendo as restantes especificações, e que Acácio Fernando Fernandes Moreira pretende levar a efeito no lugar de Tapada, freguesia de São Lourenço do Douro, concelho de Marco de Canaveses, a partir do dia 4 de Junho de 2007.

O prazo para a consulta pública do loteamento urbano é de 15 dias e poderá ser consultado todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, no Edifício da Câmara Municipal (Secção de Obras Particulares) e na sede da Junta de Freguesia de São Lourenço do Douro.

Os interessados, ao apresentarem observações e sugestões sobre este documento, poderão fazê-lo no local de consulta em requerimento, ou em carta dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Largo de Sacadura Cabral, 4630-219 Marco de Canaveses.

Para constar, lavrou-se o presente e outros de igual teor que vão ser afixados no lugar de estilo.

22 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Bento Marinho*.

2611017713

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Aviso n.º 10 471/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 18 de Maio de 2007, foi nomeada para o lugar de técnica superior de 1.ª classe de engenharia civil Maria Filomena Domingues da Ribeira Alves, única candidata aprovada no concurso interno de acesso limitado para provimento do referido lugar, aberto por aviso afixado nos serviços em 12 de Janeiro de 2007.

Deve a mesma aceitar o referido lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2007. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosária Maria Soares Murça*.

2611017925

CÂMARA MUNICIPAL DE MONCHIQUE

Despacho n.º 11 342/2007

Por meu despacho de 11 de Novembro de 2001, autorizei o exercício de funções em comissão de serviço do técnico superior engenheiro civil de 2.ª classe João Carlos da Silva Cercas na PARQUEXPO.

A comissão de serviço em apreço termina no dia 30 de Abril de 2007, pelo que determino a sua tomada de posse nesta Câmara Muni-

cipal, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2007, na categoria de técnico superior principal, engenheiro civil, por aplicação do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/93, de 23 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 49/2000, de 24 de Março.

26 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Alberto dos Santos Tuta*.

2611017695

CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Regulamento n.º 111/2007

Fernando Carvalho Branco Pinto de Moura, presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, pelo presente faz saber que por deliberação da Assembleia Municipal de Mondim de Basto de 29 de Setembro de 2006, foi aprovado o Regulamento Municipal para Utilização de Viaturas de Transporte Colectivo de Passageiros, que de seguida se publica na íntegra, para valer como tal.

24 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando Carvalho Branco Pinto de Moura*.

Regulamento Municipal para Utilização das Viaturas de Transporte Colectivo de Passageiros

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento é elaborado no uso da competência prevista pelos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e ao abrigo dos artigos 64.º, n.º 6, alínea *a*), e 53.º, n.º 2, alínea *a*), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e do artigo 20.º, n.º 3, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

Artigo 2.º

Âmbito

Este Regulamento tem como objecto estabelecer normas de utilização das viaturas de passageiros propriedade da Câmara Municipal de Mondim de Basto no apoio a entidades e organismos legalmente existentes, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas pelas alíneas *a*) e *b*) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Artigo 3.º

Objecto

1 — As viaturas referidas no artigo anterior podem ser cedidas nas condições previstas no presente Regulamento:

Às autarquias locais;

Aos estabelecimentos de ensino;

Às associações desportivas, culturais e recreativas;

Às instituições de solidariedade social e outras entidades colectivas sem fins lucrativos legalmente existentes na área do município de Mondim de Basto e sempre que da sua utilização resulte benefício para a população.

2 — Ao Agrupamento Vertical de Escolas de Mondim de Basto é atribuído um crédito anual de 5000 km.

3 — Às juntas de freguesia de Mondim de Basto é atribuído um crédito anual de:

a) 400 km para as freguesias que tenham até 600 habitantes;

b) 600 km para as freguesias que tenham até 1000 habitantes; e

c) 800 km para as freguesias com mais de 1000 habitantes.

4 — Às associações desportivas sem fins lucrativos é-lhes atribuído um crédito anual para a deslocação aos jogos oficiais.

5 — À Santa Casa da Misericórdia de Mondim de Basto é-lhe atribuído um crédito anual para o apoio a iniciativas de âmbito social em que seja a principal promotora.

6 — Aos ranchos folclóricos é-lhes atribuído um crédito anual de 400 km para deslocação a eventos onde intervenham.

7 — Às demais associações sem fins lucrativos sediadas no concelho é-lhes atribuído um crédito anual de 150 km para o apoio a acções sociais, culturais ou recreativas que tenham por fim executar os fins previstos no respectivo pacto social.

Artigo 4.º

Competências

A competência para decidir sobre a cedência das viaturas de passageiros e motorista que realizará o serviço é da competência do presidente da Câmara que, por sua vez, pode delegar num vereador.